

ARQUEOLOGIA BRASILEIRA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Walter Alves Neves²

A Arqueologia Brasileira precisa de um plano de emergência?

SIM. Por vários ângulos que se analisa, a arqueologia brasileira - a arqueologia praticada no país por cientistas locais - necessita de um plano de emergência. A leitura sistemática da literatura arqueológica nacional evidencia que a primeira geração de arqueólogos profissionais brasileiros deixou um legado surpreendente para as gerações futuras de arqueólogos, antropólogos e gestores patrimoniais, se considerarmos os limites estruturais ao estabelecimento de uma área científica não aplicada num país de Terceiro Mundo. Dentro desse legado, destaca-se o fato de os arqueólogos brasileiros terem evidenciado, em poucos anos de trabalho profissional, no nosso território, uma diversidade surpreendente de manifestações socio-culturais pré-contato. Se por um lado esse legado estimula, por outro ele implica grande responsabilidade para o futuro da pesquisa arqueológica no Brasil. Em decorrência da própria dimensão da empreitada com a qual se deparou a primeira geração de arqueólogos profissionais do país, a quase totalidade da energia material e "espiritual" gasta, até o momento, na arqueologia nacional girou em torno de *pesquisas exploratórias*. O indutismo foi, historicamente, o primeiro estágio da ciência positivista e ressurgiu inexoravelmente no processo de desenvolvimento da maioria das áreas científicas nos países que ocupam uma posição periférica quanto ao desenvolvimento tecnológico. O amadurecimento epistemológico de um país, no que se refere à Ciência & Tecnologia, pode ser, no entanto, medido pela relação entre *pesquisa exploratória* e *pesquisa de resolução de problemas*. Quanto mais a última predomina sobre a primeira, mais exponencial se torna a geração de conhecimento científico, mais expressiva se torna a contribuição de uma nação para o estabelecimento de paradigmas teórico-metodológicos de alcance universal. A ar-

¹ Documento apresentado na V Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia, em Santa Cruz do Sul, setembro de 1989, para subsidiar um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira.

² MCT/CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi/Departamento de Ecologia/Área de Ecologia e Biologia Humana.

queologia brasileira precisa, portanto, conquistas a qualquer custo o *dedutismo* como ferramenta epistemológica, a exemplo do que ocorreu com a arqueologia praticada na esmagadora maioria dos países desenvolvidos, ainda no final da década de 60. A adoção de *modelos dedutivos* de pesquisa científica, apoiados sobre *testes de hipóteses competitivas bem formuladas*, não deve eliminar, entretanto, a continuidade das investigações exploratórias. Num país com a extensão territorial da do Brasil, e com uma profundidade histórica de pelo menos 12 mil anos, a pesquisa exploratória, em arqueologia, far-se-á sempre necessária. Precisamos, portanto, de um plano de emergência que acelere a passagem de *um modelo de pesquisa indutiva*, onde a responsabilidade do produto é transferida para o próprio objeto de estudo, para um *modelo dedutivo*, onde a responsabilidade do produto incida, decisivamente, sobre a competência intelectual dos observadores. Um modelo epistemológico dedutivo prescreve, necessariamente, a construção de hipóteses e a adoção de teorias explícitas. Nesse sentido, temos que estar satisfeitos dessa transição epistemológica já ter ocorrido na arqueologia efetuada em outras partes do mundo, porque isto nos aliviará o peso de termos que "reinventar a roda".

Mesmo que minha argumentação epistemológica não seja aceita, a necessidade de um plano de emergência para a Arqueologia Brasileira remete-se, também, a uma questão de demanda social. Em outras palavras, se minha justificativa qualitativa não convence, os milhões de quilômetros quadrados de área potencialmente pesquisáveis que serão impactados nos próximos anos, no Brasil, por empreendimentos econômicos, já seriam, por si só, um dado bastante convincente a favor de uma mobilização da comunidade em torno de alguns princípios. É óbvio que a reduzida comunidade de arqueólogos profissionais existente no Brasil não poderá chamar para si a responsabilidade hercúlea, de fornecer à sociedade nacional os diagnósticos patrimoniais dessas áreas e de outras que serão impactadas pelo acelerado processo de desenvolvimento do país. Aqui cabe lembrar que a comunidade acadêmica terá responsabilidade dupla diante da sociedade, no que tange ao planejamento e à gestão ambiental: preparar técnicos de alta qualificação para efetuar os diagnósticos de área, que são a pedra fundamental dos RIMAS, e manter-se isenta de compromissos políticos e econômicos para avaliar os diagnósticos apresentados à sociedade nacional. Ambas as tarefas já seriam demasiadamente pesadas para qualquer comunidade acadêmica epistemologicamente já sedimentada. Elas se tornarão quase insuportáveis para a comunidade científica ainda à procura de nortes teóricos bem definidos.

Em resumo, estou entre os que crêem que a Arqueologia Brasileira necessita de um plano de urgência, a exemplo do que vem ocorrendo, no país, com as ciências ambientais. As necessidades desse plano remetem-se, por um lado, a imperativos de ordem epistemológica, por outro, ao reconhecimento,

ainda que tardio, do papel social que os bens naturais e culturais podem exercer na evolução da qualidade de vida da população brasileira.

Por onde NÃO PASSA um plano de emergência para Arqueologia Brasileira?

É muito provável que muitos estejam concebendo um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira com base no preenchimento de lacunas cronológicas ou geográficas específicas sobre a ocupação pré-colonial do território nacional. Outros há que imaginam uma hierarquização de prioridades a ser cumprida, hierarquia esta calcada na maior ou na menor exposição dos vestígios arqueológicos a ações impactadoras. Certamente, existem também, os que vêem num plano de urgência a possibilidade de aquisição imediata de "Know-how" técnico de campo e de laboratório. Alguns, ainda, podem estar vislumbrando nesse plano um documento que amplie as capacidades de negociação da comunidade com as diversas instâncias políticas de C & T. A todos esses respondo que discordo em gênero, número, grau e cor!!! Quero começar minha narrativa argumentando que qualquer plano de urgência que venha a ser elaborado pela comunidade brasileira interessa, precípua e prioritariamente, à própria comunidade. É evidente que a existência de um plano nacional, de grande aceitação entre a comunidade de arqueólogos, pode facilitar o diálogo com as instituições do SNDCT que praticam, quer o fomento de balcão, que o fomento induzido. Seria uma grande ingenuidade negar esta possibilidade. Advogo, no entanto, a premissa de que o plano, se algum dia existir, deve ser antes de mais nada um *instrumento efetivo de transformação*.

Algumas áreas do conhecimento, no Brasil, estimuladas pelas próprias agências de fomento, têm-se preocupado em definir instrumentos que assegurem a transformação constante de suas atividades de investigação científica. A elaboração desses mecanismos de transformação não só coloca em destaque a geração que está em exercício, como também assegura a penetração social das futuras gerações de cientistas. Por todas essas razões, um instrumento que assegure um processo perene de transformação interessa, antes de mais nada, à comunidade que dele se serve.

Se se aceita, portanto, a idéia de um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira como um instrumento de transformação, torna-se óbvia a impropriedade de defini-lo com base em prioridades cronológicas, espaciais, patrimoniais ou materiais. O deslocamento induzido da Arqueologia Brasileira para locais, períodos ou situações prioritárias poderá, quando muito, exercer um papel extremamente deletério num outro instrumento de grande relevância, há muito já conquistado pelos cientistas: *a autonomia de pesquisa e a liberdade de investigação!* A transformação na ciência não se obtém ata-

cando uma questão em detrimento a outras possíveis. Ela só é conseguida através de mudanças qualitativas, qualitativo não no sentido de bom, ruim, melhor ou pior, mas no sentido de nuance. Um Plano de urgência, *transformista*, deve priorizar mecanismos que promovam a mudança de nuances. Cientificamente, nuance é, mais ou menos, sinônimo de *Teoria e Método*.

Por onde PASSA um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira?

Aceitando-se como “razão-de-ser” do plano de urgência a possibilidade de se dispor de um instrumento de transformação, torna-se necessário definir quais são as transformações que esse instrumento deve provocar a curto prazo. Evidentemente, como tudo mais, isto deve ser matéria de ampla reflexão e discussão entre a comunidade, mas aqui também tenho algumas convicções que gostaria de expressar. Parafraseando *David Clarke*, acho que a Arqueologia Brasileira *precisa perder a inocência*. Dito de uma outra maneira, a próxima geração de arqueólogos profissionais brasileiros precisa estar consciente de que a prática da arqueologia, *como ciência*, implica a adoção de uma “metafísica”, de uma “epistemologia”, e de uma “lógica” próprias à disciplina. Para que isto se dê, é necessário conhecer e dominar vários níveis teóricos que se articulam nos diversos graus da interpretação arqueológica. A primeira transformação, portanto, que urge ser feita na arqueologia brasileira, é a de substituir velhos paradigmas da arqueologia tradicional, assim como a narrativa literária de “história cultural”, por uma “teoria de recuperação”, por uma “teoria de informação” e por uma “teoria de interpretação” que, integradamente, conduzam à construção de modelos sociais e adaptativos *popериamente testáveis*. As análises exploratórias, eminentemente indutivas, devem ir dando espaço para as análises dedutivas, onde hipóteses claramente formuladas sejam rigorosamente testadas por procedimentos rigidamente desenhados.

Felizmente para nós, não falta na literatura arqueológica internacional uma rica diversidade de paradigmas teóricos que podem ser adotados, adaptados e até mesmo transformados pela comunidade brasileira, desde que se inicie, com urgência, uma prática científica voltada por um lado para a resolução de problemas espaço-temporais definidos e por outro para a construção de teoria (“middle & general ranger theory”).

Só para citar alguns exemplos, que estão longe de esgotar as possibilidades teórico-metodológicas em arqueologia contemporânea, o Brasil pouco se beneficiou, até o momento, de duas grandes linhas de pensamento que trouxeram frutos incontestáveis em outras partes do mundo: a linha de “*The New Archaeology*”, norte-americana, embasada por forte tendência Neoevolucionista e a linha da “*Spatial Archaeology*” inglesa, embasada por forte

tendência da Geografia do Estabelecimento. É inegável que a afirmação da arqueologia como uma ciência social, sistêmica e processual, fora do Brasil, deveu muito a ambas as orientações teóricas.

O mesmo pode ser mencionado com referência a “*teorias de recuperação*”. Nos últimos 10 anos, a arqueologia, fora do Brasil, concentrou grandes esforços no desenvolvimento de desenhos de pesquisa de campo, visando a maximização da recuperação de informações em terreno. Isto implicou, necessariamente, a incorporação de uma base sólida de teoria de amostragem em arqueologia. O maior avanço nesse sentido foi a elaboração e a aplicação em larga escala do modelo de “*pesquisas em multi-estágios*”, com suas respectivas estratégias de amostragem regional, local e intra-sítio, partindo-se do geral para o particular, do levantamento de problemas à resolução dos mesmos. No Brasil, continuamos, salvo raras exceções, a executar levantamentos oportunistas ou escavações não-justificadas por problemas contexto dependentes, sem, no entanto, integrar ambos os extremos num “design” de escalonamentos reiterativos. A pesquisa de salvamento, ou pesquisa por contrato, tem sido, sem dúvida, a mais claramente prejudicada pela falta de um modelo metodológico em multi-estágios, embora a legislação, por interferência da engenharia ambiental, o exija atualmente.

Não menos anacrônicas têm sido as estratégias de processamento de informações em laboratório. As novas “*teorias de informação*” em arqueologia baseiam-se, como em todas as demais ciências, em teoria de matriz. A análise matricial - a procura dos determinantes de uma matriz - qualquer que seja, é o caminho mais apropriado, senão o mais correto, para se chegar à compreensão de um sistema ou dos processos que o regulam. Nos últimos anos, os arqueólogos do mundo inteiro gastaram grande parte de sua energia em análises matriciais, tendo gerado metodologias quantitativas sofisticadíssimas para trazer à luz os determinantes culturais, ecológicos e estruturais subjacentes a qualquer contexto arqueológico. Aqui no Brasil, continuamos a processar nossos dados arqueológicos com base em atributos qualitativos de categorias tecnológicas isoladas, sem ensaiar, em qualquer nível, a procura sistemática por correlações e co-variações entre cultura material, espaço e energia.

Em resumo, um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira passa, necessariamente, por uma transformação epistemológica. Ignorá-la, desestimulá-la ou impedi-la só deslocará a tarefa para mais adiante, tornando-a inexoravelmente mais difícil, senão inviável.

Por onde começar um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira?

Assumindo-se que tal plano deve contemplar, prioritariamente, uma transformação epistemológica, ele deve começar, de imediato, por um pro-

grama de capacitação de recursos humanos que não só viabilize, mas que também acelere a transição entre uma ciência indutiva e descritiva, para uma ciência dedutiva processual e sistêmica.

É evidente que nesse caso, os centros de formação domésticos acabam funcionando justamente ao contrário, ou seja, acabam funcionando como um instrumento vil de perpetuação do modelo epistemológico hoje vigente na arqueologia brasileira.

Como em todas as outras áreas do conhecimento que decidiram, no Brasil, encarar imediatamente a necessidade de uma mudança de nuance no processo de produção de conhecimento, a melhor estratégia é incrementar vertiginosamente o fluxo de informações com instituições, profissionais e comunidades de outras partes do mundo, sobretudo com aquelas dos países que se encontram, hoje, na vanguarda do desenvolvimento científico e tecnológico. Esse fluxo deve envolver, prioritariamente, novos cérebros, ainda não comprometidos com modelos já viciados de produção do conhecimento.

Em termos práticos, um plano de urgência para a Arqueologia Brasileira deve envolver um investimento pesado no envio de jovens cientistas para o exterior, para cumprir programas formais de pós-graduação nas melhores universidades do mundo. Como o processo de formação de um Doutor é demorado e caro, a comunidade brasileira deve, também, estimular a organização de cursos teórico-práticos no Brasil, de curta duração, mas de grande profundidade e intensidade, com a ajuda de colegas estrangeiros, como maneira de ir desenvolvendo, nas próximas gerações de arqueólogos, o talento pela pesquisa voltada para a resolução de problemas teoricamente sustentados. Esses cursos de imersão devem incluir, naturalmente, profissionais brasileiros e estrangeiros, para que os alunos possam ter contato por um lado, com a visão teórica e, por outro, com a realidade das idiossincrasias ecológicas, culturais e até mesmo logísticas do país onde terão que atuar. É claro que de nada adianta investir maciçamente na formação de recursos humanos no exterior se não forem garantidas condições materiais e espirituais adequadas nas instituições brasileiras, para quando do retorno dessa mão-de-obra altamente especializada. É aí, mais que nunca, que o papel da comunidade é imprescindível. Não há lei, decreto, vontade política, prioridade governamental ou competência potencial que sobreviva ao corporativismo acadêmico, se ele for exercido de maneira desfavorável a uma mudança qualitativa (de nuance) na produção científica. Por isso, um plano de urgência epistemologicamente caracterizado tem que emanar da comunidade, ser veiculado pela comunidade e ao menos tolerado pela comunidade, um exercício não muito fácil para todos nós seres humanos.